





O asilo Nossa Senhora da Lapa e as sociabilidades em Campos dos Goytacazes (1864-1874)



The Nossa Senhora da Lapa Asylum and the
sociabilities in Campos dos Goytacazes (1864-1874)

Mariana Salvador da Silva¹

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense – ESR. Email: marianasalvador@id.uff.br

Resumo: Este artigo investiga as relações sociais e políticas estabelecidas pelos irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes durante os anos de 1864 a 1874 - período que compreende a primeira década de existência do Asilo Nossa Senhora da Lapa, instituição voltada para acolhimento de expostas e órfãs em situação de abandono e administrada pela Santa Casa. A pesquisa tem por interesse estudar as redes estabelecidas pelos membros da Misericórdia, interessados em alçar cargos políticos e sociais de prestígio, a partir de acertos pessoais e políticos, perante a estrutura social hierarquizada do Segundo Reinado. Tendo como fontes o relatório da Misericórdia (1864) e o livro de registros do Asilo (1864-1962), que indicam os casamentos das expostas com esses homens, sendo eles noivos e/ou padrinhos.

Palavras-chave:

Filantropia – Sociabilidades - Campos dos Goytacazes - Século XIX.

Abstract: This article proposes to investigate the social and political relations established by the brothers of Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes during the years 1864 to 1874, a period that includes the first decade of existence of the Asylum Nossa Senhora da Lapa, an institution dedicated to host exposed and orphaned in situations of abandonment and administered by Santa Casa. Having as sources the report of the Misericórdia (1864) and the book of records of the Asylum (1864-1962), which indicate the marriages of those exposed with members of the Mercy, being engaged and / or godparents. The research is interested in studying the networks established by these men, interested in taking up political and social positions of prestige, from personal and political successes, before the hierarchical social structure of the Second Reign.

Keywords:

Philanthropy – Sociability - Campos dos Goytacazes - Century XIX.

Introdução

A questão assistencial relativa às expostas - meninas em situação de abandono - do Asilo Nossa Senhora da Lapa, na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, pode contribuir para visualizar as trocas de influências e favores entre os membros da Irmandade que administrava a Santa Casa de Misericórdia, em meados do século XIX. Alguns desses homens casam-se com as jovens, ou participam da cerimônia como padrinhos, tais aproximações vinculam-se as normas e regras da boa sociedade, estratégias sociais e políticas que muitos lançavam mão para galgarem postos de destaque na sociedade do Segundo Reinado.

No que diz respeito as atividades assistenciais, a instituição campista desempenhou importante papel na organização social, com respaldos políticos locais, desde os tempos coloniais. Na segunda metade dos Oitocentos, os valores reforçados pela boa sociedade direcionam à criação de padrões de comportamentos e o sentimento de identidade, desempenham significativa serventia na consolidação imperial, os grupos dirigentes investem nas atividades educacionais, como forma de diferenciação e manutenção do status social.

Nos espaços de sociabilidade, a filantropia pode ser caracterizada como ação beneficente dos mais abastados auxiliando os desvalidos, as contribuições da elite demonstram as trocas políticas com o poder provincial e central no Império, visando a expansão da civilização ocidental. Com base nas fontes, o livro de Registro de Órfãs e Recolhidas do Asilo de N. S. da Lapa (1864-1962) e do relatório emitido pela Santa Casa de Campos dos Goytacazes (1863-1864), encontrados no arquivo da instituição, constatou-se as ligações e os arranjos pessoais e sociais entre esses homens que figuravam em importantes espaços locais e em cargos administrativos da Misericórdia, ilustrando os princípios das sociabilidades: trocas de influências nos meios econômicos, políticos e sociais com a finalidade de alçar posições de prestígio no Brasil oitocentista.

1. A Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes

As primeiras discussões assistenciais são norteadas e mediadas pelos valores da caridade cristã, a partir da visão organicista de Antigo Regime, a naturalização das diferenças na organização e na divisão em estamentos evidenciam a dinâmica social que compunham as relações de reciprocidade, as ditas redes de obrigações interpessoais, como indica Renato Franco (2011)². A materialização do modelo assistencial será com a fundação das Santas Casas de Misericórdia, caracterizadas por serem instituições leigas, que juntamente com as Câmaras locais, realizariam ações de auxílios aos pobres. Inicialmente, a formação de irmandades precede essa caridade institucionalizada, destacando seu caráter laico; ainda que a inspiração fosse religiosa, não há interferência eclesiástica nas atividades administrativas.³

Segundo Russell-Wood (1981), a Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia é oficializada em 1498, na cidade de Lisboa, Portugal. Com aprovação régia, objetivava proporcionar auxílio espiritual e material aos desvalidos. As premissas de cunho caritativo são firmadas pelo *Compromisso (1516)* de praticar sete obras espirituais e

2 FRANCO, Renato. Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. Tese Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

3 RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.

sete obras corporais, servindo de modelo para as demais Misericórdias criadas nas colônias portuguesas

Espirituais: 1- Ensinar os ignorantes; 2- Dar bom conselho; 3- Punir os transgressores com compreensão; 4- Consolar os infelizes; 5- Perdoar as injúrias recebidas; 6- Suportar as deficiências do próximo; 7- Orar a Deus pelos vivos e pelos mortos.

Corporais: 1- Resgatar cativos e visitar prisioneiros; 2- Tratar dos doentes; 3- Vestir os nus; 4- Alimentar os famintos; 5- Dar de beber aos sedentos; 6- Abrigar os viajantes e os pobres; 7- Sepultar os mortos.⁴

O modelo português de assistência difundiu-se pelas colônias. As primeiras Santas Casas decorriam da associação entre a Coroa e as elites locais, para a aplicação dessa organização assistencial na América portuguesa. As elites locais financiaram as atividades dessas irmandades leigas, atuando juntamente com a Câmara, que possuía uma representação de cunho político nessas relações socioeconômicas, relações típicas de Antigo Regime.⁵ No entanto, não havia um conjunto de práticas formalizadas nessas ações assistenciais prestadas, variando conforme as realidades locais apresentadas, e a proteção institucional era fragilizada. A partir do século XVIII, a elite dirigente é alterada pela presença de comerciantes e homens de negócios, a atuação desses homens estava vinculada às garantias de respaldo social local, os cargos concedidos eram hierarquizados entre seus membros conforme interesses e ditames regionais⁶.

As proposições acima podem ser exemplificadas com a fundação da Misericórdia campista. A instituição é datada de 1792, sob a administração da Irmandade Nossa Senhora Mãe dos Homens, que recebe da Câmara um terreno para a construção da Santa Casa, como descreve Alberto Lamego.⁷ Esse processo envolve uma articulação política entre homens da região e o Ouvidor da Capitania do Espírito Santo, Dr. José Pinto Ribeiro, que por meio de suborno, alça Custodio Valentim Codeço a procurador da Câmara, como meio de agilizar os trâmites burocráticos. Esse Ouvidor ocupou o cargo de 2º provedor, atuando juridicamente na formação da Santa Casa, para além de ser um funcionário da Coroa, fato que lhe proporcionou grande prestígio socialmente naqueles tempos⁸. Nesse ponto, torna-se nítido a força do poder local e as alianças que acabavam surgindo fora do poder régio. Era fundamental ter boas relações com os dirigentes locais, tanto via de benefícios econômicos como de poder mando, ou seja, para se fazer cumprir os interesses da Coroa portuguesa⁹.

Sobre a organização social e administrativa no Antigo Regime, João Fragoso considera a descentralização do Estado português como ponto chave para entender a conquista colonial nas Américas. O autor concebe a estrutura de Império para a administração portuguesa e que sua materialização seria a circulação de mercadorias e homens pela extensão dos mares lusitanos. A formação colonial parte do conceito de economia do bem comum, estruturada

4 *Op. cit.*, p. 14

5 RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. (Monografia), Brasília, Editora da UnB, 1981

6 FRANCO, Renato. O privilégio da caridade: Comerciantes na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1750-1822). In.: SANGLARD, G.; FERREIRA, L. O.; FREIRE, M. M. L.; BARRETO, M. R. N.; PIMENTA, T.S. (Orgs.). *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. cap. 1.

7 LAMEGO, Alberto. História da Santa Casa de Campos. Rio de Janeiro, 1951.

8 *Idem, ibidem*

9 Para maiores informações sobre as relações entre o poder local e os ouvidores régios ver: ATALLAH, Claudia C. A. *Da justiça em nome d'ElRey: Justiça, ouvidores e inconfidência no centro sul da américa portuguesa*. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2016.

por um mercado regulado pelas dinâmicas políticas e de instituições, constatando dentro dessa lógica mecanismos de enriquecimento e mobilidade social, ou seja, uma economia política de privilégios¹⁰.

A sociedade colonial e suas elites são forjadas, segundo Fragoso, por alianças políticas e hierarquias mercantis e administrativas. O sistema de mercês traduzia-se em recompensas pelos serviços prestados à Coroa, mostrando assim o caráter corporativo da monarquia portuguesa. Essas práticas de serviços e concessões foram empregadas nas colônias, concedendo postos administrativos e militares àqueles que contribuíssem na conquista das novas terras. A importância em ocupar tais cargos não estava vinculada a salários, mas à defesa de interesses particulares e na possibilidade de ascensão social¹¹.

Em termos de governabilidade, a historiadora Fátima Gouvêa reforça que esses privilégios concedidos pela Coroa eram meios de atar os laços e o sentimento de pertença dentro daquela estrutura política imperial portuguesa.¹² O modelo jurídico-administrativo português foi aplicado na organização política colonial, instituições como as Câmaras e as próprias Misericórdias colaboravam com a construção e manutenção dos domínios ultramarinos, consolidando os interesses de autoridades locais. Nesse tocante, podemos falar das redes de reciprocidade e a formação de clientelas, caracterizadas pelas trocas de favores políticos e sociais entre esses homens, mantendo-os no poder local ou a mando régio. Contudo, as redes clientelares formaram a elite econômica colonial partindo de relações recíprocas dentre famílias e/ou grupos, favorecidas por casamentos e/ou acordos políticos.

No caso da Misericórdia de Campos, a relação de Custodio Codeço e do Ouvidor da Capitania do Espírito Santo demonstra essas trocas políticas que foram realizadas com subornos e favores na formação e gerência dessa instituição. Nas descrições de Lamego, esses homens concluem esse processo selando laços familiares, pois o Ouvidor casa sua sobrinha com Codeço que, por sua vez, recebe fitas de capitão. O relato acima evidencia que a articulação dos poderes locais era uma junção política entre homens abastados, buscando representação política, e homens eleitos para defender os interesses e as ordens da Coroa portuguesa na América. Nesse retrato, os funcionários régios passavam a defender interesses próprios, pois ao conceder cargos a um poderoso comerciante, fazendeiro ou negociante, recebiam em troca vultosos valores e estabeleciam, em alguns casos, laços familiares via matrimônios, como forma de selar os compromissos sociais¹³.

A partir do século XIX, as relações políticas e sociais pouco se diferenciaram do período colonial e resquícios dessas práticas estavam ainda presentes na sociedade campista. Dentre as atividades realizadas pela Santa Casa, a questão dos expostos e órfãos ganha mais atenção dos provedores, o abandono e as dificuldades em administrar o destino desses enjeitados são notificados nas páginas dos relatórios da instituição. Mais adiante, o estudo de caso analisará as expostas e órfãs do Asilo da Lapa, fundado em 1864, com o intuito de cuidar e encaminhar essas meninas para bons casamentos.

10 FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil Colonial bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, n. 23, p. 67-88, 2000 Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2655500>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

11 FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750). In.: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 30-71, 2001.

12 GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In.: *Na trama das redes política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 155-202.

13 LAMEGO, Alberto. *História da Santa Casa de Campos*. Rio de Janeiro, 1951.

2. Assistência aos expostos e a sociedade do século XIX

Dentre as obras assistenciais realizadas pelas Misericórdias, o tratar com os expostos tornou-se objeto de inúmeros estudos sobre a infância e o abandono de crianças, ao longo da época Moderna, dentro da historiografia brasileira e portuguesa. Os primeiros registros de vida são produzidos pela Igreja Católica, como os assentamentos de batismo, matrimônio e óbito, conforme seus preceitos e suas condutas sacramentais. A importância de registrar por escrito a trajetória de cada católico, está atrelada às decisões do Concílio de Trento, é o que informa Maria Luiza Marcílio. A autora conta que o Direito Canônico estabeleceu a família monogâmica e reforçou a importância do parentesco espiritual (padrinhos de batismo), sendo o Santo Ofício responsável pelo controle da moral; aqueles que não cumprissem essas normas religiosas geravam filhos ilegítimos e expostos, a marca de origem familiar era descrita nesses registros eclesiásticos¹⁴.

No tocante ao destino dessas expostas, a historiadora aponta que, a partir de meados dos Oitocentos, ocorre mudanças no formato da assistência no Brasil:

No tempo das Rodas, as crianças de sexo feminino, desde que atingiam a “idade da razão”, aos setes anos, deveriam deixar a Casa da Roda. Autoridades e membros da Junta da Misericórdia preocupavam-se com seus destinos. As menos desafortunadas encontravam guarida em casas de família, tornando-se suas “criadas”, ou domésticas. As demais podiam terminar na rua, mendicantes ou até mesmo prostitutas.

Para proteger as meninas foi então pensada uma casa de abrigo para sua proteção, onde poderiam permanecer pelo menos até encontrarem um casamento, ou uma casa de família que as acolhesse. Foram assim criados os chamados recolhimentos, termo para identificar instituições de reclusão, erguidas com fins devocionais, para abrigar e para resguardar a honra e a virtude de meninas desvalidas¹⁵.

Em relação aos expostos lusitanos, o enquadramento jurídico-institucional começa a se desenhar com as Ordenações Manuelinas e Filipinas, que demonstravam preocupação com os enjeitados. Para tanto, designam e diferenciam essas crianças conforme sua condição familiar e social. O historiador português Teodoro Afonso da Fonte frisa que essas medidas legais buscavam regular os cuidados com a infância, cabendo a responsabilidade desses expostos às instituições de assistência; como visto anteriormente, as Misericórdias e as Câmaras locais atuavam nessa tarefa social. No século XVIII, o aumento do abandono estimula a criação de uma ampla rede institucional, como a legalização das Rodas dos Expostos. Todavia, não se pretende alterar os objetivos para com esses rebentos, mas reorganizar o serviço assistencial¹⁶.

Mudanças substanciais também ocorreram na colônia a partir do século XVIII, Sheila de Castro Faria chama-nos a atenção para o afloramento da sensibilidade à morte infantil que pode ser constatada nos assentos de óbitos, registros de morte que estavam vinculados aos iniciados no catolicismo. A legislação do reino português delegava às câmaras responsabilidades com

14 MARCÍLIO, Maria Luiza. A criança abandonada na História de Portugal e do Brasil. In.: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, p.14-18, 2010. cap. 1

15 MARCÍLIO, Maria Luiza. A criança abandonada na História de Portugal e do Brasil. In.: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, p. 32-33, 2010. cap. 1.

16 FONTE, Teodoro Afonso da. Evolução do conceito de exposto em Portugal. In.: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, p.40-41, 2010. cap. 2

os expostos, mas aos poucos, essa função é transferida e desempenhada pelas Misericórdias. A criação da Roda dos Expostos está associada à preservação do anonimato do expositor, isso evidencia que o abandono era algo tolerado. As fontes mostram que as regiões urbanas foram as que mais registraram as atividades das Rodas, mas a autora salienta que a exposição, de modo mais amplo, era feita em residências particulares nas regiões rurais¹⁷.

Na segunda metade do século XIX, a configuração política e social brasileira altera as concepções sobre criança e infância, que se tornam preocupações para as famílias das elites. A sociedade imperial era constituída por uma elite hierarquizada, a posição de privilégio demarcada por seus membros incluía os cuidados com as crianças em termos educacionais, como meio de formação dos futuros cidadãos brasileiros.¹⁸ A consolidação do Estado imperial dependia da manutenção da ordem senhorial, como diz Ilmar R. de Mattos¹⁹, entendendo que tal processo de formação social apresentava duas linhas: de restauração, representada pelas elites agrárias; e de expansão, representada pelos profissionais liberais que correspondiam à elite branca e proprietária, ambos os grupos solidificavam o governo imperial, não somente em termos políticos, mas reafirmavam valores sociais difundidos naquele período:

Assim, pelas “capacidades e habilidades” de seus membros, sempre “brancos”, a “boa sociedade” tende a se confundir com a sociedade política – “a parte a mais importante da nacionalidade”. Por ser portadora de liberdade e propriedade, a ela compete governar, isto é, “dirigir física ou moralmente”, nos termos mesmos em que já aparecia no Dicionário de Moraes, em 1813. Governar é “reger bem”, quer a Casa – “regulando a sua economia e administração”, quer o Estado – “dando Leis, e fazendo-as executar”. Diremos, desde agora, que a boa sociedade constituía o mundo do governo, um mundo que não apenas se via como tendendo a ser naturalmente ordenado, mas também portador da incumbência de ordenar o conjunto da sociedade.²⁰

A chamada boa sociedade busca difundir o papel civilizador europeu, criando padrões de comportamento, valores e o sentimento de identidade entre seus adeptos. No caso brasileiro, a educação infantil será a introdução da elite para esses referenciais de ordem e civilização, compreendia-se que assimilação nos primeiros anos garantiria a incorporação desse padrão de comportamento, o *habitus* social. O interesse pela aquisição de conhecimentos não incluía críticas políticas aos valores morais da época, os novos valores de prestígio social não buscam igualdade e, sim, reconhecer a hierarquização daquela sociedade (Muaze, 2003, p. 59-84)²¹.

Para Muaze (2003), sem dúvida, a educação foi elemento de distinção no Segundo Reinado, representando aqueles que possuíam propriedades e dominavam o poder político. A sociedade brasileira do século XIX é estruturada hierarquicamente pela diferenciação social e pelo cerceamento da liberdade, devido ao sistema escravista. A boa sociedade é composta por homens e mulheres livres, nascidos no Brasil, brancos e proprietários de escravos, ou seja, essa elite procurou se distinguir do “povo mais ou menos miúdo – brasileiros, livres e não necessariamente brancos”. Os fundamentos básicos eram os preceitos europeus de

17 FARIA, Sheila de Castro. A propósito das origens dos enjeitados no período escravista. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, p. 81-85, 2010. cap. 4

18 MUAZE, Mariana. Garantindo hierarquias: educação e instrução infantil na boa sociedade imperial (1840-1889). *Revista de História (UFES)*. p. 59 - 84, 2003..

19 MATTOS, Ilmar R. de. Luzias e Saquaremas: Liberdades e Hierarquias. In: *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

20 *Op. cit.*, p. 114.

21 MUAZE, Mariana. Garantindo hierarquias: educação e instrução infantil na boa sociedade imperial (1840-1889). *Revista de História (UFES)*. p. 59-84, 2003.

civilização, no entanto, houve adaptações das obras sobre as temáticas educacionais para o público consumidor, pois a realidade brasileira, além de sua estratificação social, conservava uma particularidade: a mão-de-obra escrava, solidificando as divisões sociais.²²

Em meio a esse cenário nacional, os cuidados com os expostos ganham outras configurações assistenciais. Na obra *História da Santa Casa de Campos*, Alberto Lamego compila resumos de documentações acerca das atividades da Misericórdia campista e as principais benfeitorias realizadas pelos primeiros 56 provedores da instituição. O autor descreve a gestão do 40º provedor, o Dr. José Gomes da Fonseca Paraíba, destacando a questão das expostas que foram agraciadas pela fundação do Asilo da Lapa, em 1864. As expostas e as órfãs foram recolhidas à Santa Casa, as meninas estavam sob os cuidados de senhoras que recebiam honorários para as despesas, a solução dada foi aloja-las nas dependências da enfermaria. Com poucos recursos, elas recebiam por caridade aulas de educação primária, ministradas por um professor de francês e o ensino de costura. Outro dado atesta que as moças, ao saírem para casar, recebiam a quantidade de 200 mil réis de dote²³.

Com base nos trechos dos relatórios emitidos pela Santa Casa²⁴, as crianças abandonadas eram encaminhadas às famílias da região para serem cuidadas e recebiam recursos para tal tarefa. Porém, inconvenientes eram notificados pelos provedores, como o caso de desvios dos honorários destinados às necessidades dessas meninas e desses meninos. A solução encontrada, em face dessa problemática, foi manter as meninas nas dependências da própria Santa Casa (não há informações mais precisas, até o momento, em relação ao destino dos meninos expostos e órfãos). O provedor acrescenta ser necessário melhorias estruturais, como a admissão de Irmãs de Caridade, para melhor educar e disciplinar as moças e serviçais para trabalhos mais grosseiros²⁵.

Segundo Lamego, o provedor Paraíba entra com apelo ao Bispo do Rio de Janeiro para obter a concessão do antigo seminário da Lapa (com a igreja e as casas anexas), para ali instalar as expostas, tendo sucesso na doação, recorre à caridade pública para auxiliar na manutenção do novo Asilo. No ano de 1866, a proposta para admitir Irmãs de Caridade na instituição é votada pelos irmãos, mas não tem êxito na contratação pois o número delas era reduzido, as poucas que chegaram ao Brasil (vindas de Portugal) foram encaminhadas à Misericórdia do Rio de Janeiro. Outra proposta, foi a criação de um gabinete de leitura (talvez o que hoje corresponda à uma biblioteca), com um consórcio da Igreja Mãe dos Homens, a qual foi aprovada²⁶.

Em junho de 1868, a princesa Isabel em visita a Campos dos Goytacazes, esteve na Santa Casa e no Asilo da Lapa. As dependências da Santa Casa foram elogiadas pela ordem e limpeza dos locais. No entanto, o mesmo não foi verificado no Asilo, pois as condições eram precárias: imundices foram vistas nos dormitórios e demais dependências, as vestimentas das meninas estavam em péssimo estado, desagradando a opinião régia. Tais constatações negativas impulsionaram as ações de obras e reformas no Asilo. Houve a criação de uma associação de caridade, denominada Protetoras do Asilo da Lapa. Essa associação era composta pelas proeminentes senhoras das melhores e mais importantes famílias de Campos,

22 *Op. cit.* p. 81.

23 LAMEGO, Alberto. *História da Santa Casa de Campos*. Rio de Janeiro, p. 40-41, 1951.

24 Relatório d'administração da Santa Casa de Misericórdia da Cidade dos Campos dos Goytacazes no ano de 1844-1845; 1846-1847; 1847-1848; 1863 e 1864. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes.

25 LAMEGO, Alberto. *História da Santa Casa de Campos*. Rio de Janeiro, 1951.

26 *Op. cit.*, p. 40.

como é o caso da Baronesa da Lagoa Dourada, que foi instituída como provedora. A princesa Isabel fora convidada para ser protetora da associação e para sua inauguração²⁷.

A descrição do parágrafo anterior traz informações interessantes os propósitos sociais daquela época, ilustrando a dita boa sociedade, considerando a preocupação, por parte do poder real e da própria sociedade campista, em inserirem esses valores e novos costumes, almejando construir a identidade brasileira ante ao mundo civilizado e de progresso do século XIX. O modelo comportamental dos grupos dirigentes é ensinado em livros sobre condutas de civilidade e de etiqueta, como bem analisa Mariana Muaze: “Concebidos como guias, ‘escolas do mundo’, continham normas da ‘arte de comportar-se socialmente’ nas mais diversas ocasiões”²⁸.

O relatório escrito por esse provedor, indicado por Lamego, refere-se à educação das expostas que recebiam apenas as primeiras letras (gramática nacional), ensino sobre a religião e costura. O provedor que já se preocupava com as questões educacionais, conta ser necessário melhorias estruturais, como a admissão de Irmãs de Caridade, para melhor educar e disciplinar as moças. A educação dessas expostas nos primeiros anos de vida (entre os 7 e 12 anos de idade), tinha por propósito aprimorar o ensino, aproveitando “a memória e atenção” pois, depois desse período, não teriam a mesma potencialidade de estudo. O provedor ainda adverte que era preciso uma reforma radical, já que exprimia o interesse de transformar esse asilo em um colégio modelo para a educação feminina, lugar este que as filhas das famílias abastadas pudessem estudar em Campos²⁹.

O provedor Paraíba transparece preocupação sobre as opiniões públicas de cunhos morais, quanto ao Asilo e ao trabalho de caridade realizado pela Santa Casa à essas expostas. Já havia quem considerasse que essas recolhidas eram tratadas como criadas e até mesmo dadas a prostitutas, ele considera que tal opinião feria a dignidade e caridade presente na administração da Misericórdia, sendo “cruel para com as pobres Recolhidas, porque lhes procura a deshonra e miséria”. Conforme o relatório, o intuito do Asilo com o tratar caridoso das moças ali recolhidas era de formar mães de família, considerando que a instituição exercia uma “maternidade adotiva”, e encaminhava-as a “um futuro honesto, por meio do casamento”³⁰.

3. Estudo de caso: o Asilo da Lapa e a sociabilidade em Campos dos Goytacazes

O livro de registros do Asilo N. S. da Lapa traz informações sobre as meninas acolhidas, como: idade, origem, cor e habilidades domésticas; sendo peça fundamental na tentativa de compreendermos a sociabilidade na cidade de Campos dos Goytacazes, a partir da segunda metade do século XIX. Outra documentação imprescindível é o *relatório da Misericórdia*, notificando as atividades realizadas entre os anos de 1863 e 1864, escrito pelo então provedor Dr. José Gomes da Fonseca Paraíba. Ambas fontes, encontradas no arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campos, dialogam com as informações acerca da boa sociedade, que se formava no Segundo Reinado, e seus valores são perceptíveis nas condutas sociais e políticas campistas.

27 *Op. cit.*, p. 42.

28 MUAZE, Mariana. Garantindo hierarquias: educação e instrução infantil na boa sociedade imperial (1840-1889). *Revista de História (UFES)*. p. 59-84, 2003. p. 66

29 LAMEGO, Alberto. *História da Santa Casa de Campos*. Rio de Janeiro, 1951.

30 LAMEGO, Alberto. *História da Santa Casa de Campos*. Rio de Janeiro, p. 43-44, 1951.

O recorte estabelecido de análise limita a primeira década de funcionamento do Asilo (1864-1874), as fontes notificam que nesse período são recebidas 49 meninas: 40 expostas e 9 órfãs. Desse grupo, 30 casam, as outras são encaminhadas para companhia de famílias locais ou se retiram (sem maiores informações) e 2 falecem. Além da distinção entre expostas e órfãs, as descrições mostram a data de entrada, as habilidades domésticas e o grau de instrução das meninas, como “sabe lavar, engomar, cozinhar e cozer” e “sabe ler, escrever, contar, coser e bordar com perfeição”, e as datas de seus casamentos, com o nome dos noivos e dos padrinhos e/ou o nome das famílias que algumas foram encaminhadas³¹.

Considerando o modelo comportamental da boa sociedade, a educação doméstica era elemento essencialmente feminino nos espaços de sociabilidade, as funções para meninos e meninas são bem estabelecidas, enquanto eles são preparados para assumirem cargos políticos e de administração pública, elas são ensinadas a serem boas esposas e mães³². Podemos observar essa configuração a partir dos registros, as moças (meninas) são entregues à instituição com propósito de serem instruídas e terem um futuro promissor como esposas, possuindo (ou adquirindo) competências para os trabalhos domésticos e boa formação moral com os estudos de orientação religiosa.

Os resultados preliminares dos dados sobre o Asilo demonstraram que os sete primeiros casamentos das jovens (todas expostas) foram com os irmãos da Santa Casa, ou têm eles como testemunhas (padrinhos, como está escrito nas fontes) da cerimônia. Esses homens compõem um rol seletivo no cenário social campista, os membros da Misericórdia reforçam suas relações políticas com os vínculos pessoais para com seus semelhantes (ou aspirantes). Tais matrimônios podem ser considerados como mobilidade social para essas moças, pois era uma forma de ascender naquela sociedade hierarquizada do Segundo Reinado. O quadro, a seguir, mostra os nomes descritos nas documentações:

Quadro 1 - Relação dos nomes das expostas, dos noivos e dos padrinhos

Expostas	Noivos	Padrinhos
1- Luísa Maria da Conceição	Antonio Pereira da Rocha	Dr. Jozé Fernandes da Costa Pereira e Rufino Gomes de Oliveira
2- Ricardina Antônia Virtude	Chispriano Jozé da Gama Junior	Antonio Pereira da Rocha e Jozé Luiz da Silva
3- Cândida Maria do Espirito Santo	Francisco Domingues da Cruz	Padre Antonio Collares e Antonio Pereira da Rocha
4- Geraldina Carolina das Dores	Antonio dos Santos Queiróz	Dr. Antonio Secioso Moreira de Sá
5- Zelinda Rosa Octaviana	Joaquim Gonçalves Vianna	Dr. Antonio Secioso Moreira de Sá e Antonio Pereira da Rocha
6- Maria Francisca do Nascimento	Dr. Antonio Secioso Moreira de Sá	Comendador Jozé Gomes da Fonseca Parahyba e Antonio Pereira da Rocha
7- Anna Stella dos Prazeres	Francisco Antonio Navarino	Dr. Jozé Fernandes da Costa Pereira e Antonio Pereira da Rocha

Fonte: Registro de Órfãs e Recolhidas ao Asilo de N. S. da Lapa (1864-1962). Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes.

31 Registro de Órfãs e Recolhidas ao Asilo de N. S. da Lapa (1864-1962). Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes.

32 MUAZE, Mariana. Garantindo hierarquias: educação e instrução infantil na boa sociedade imperial (1840-1889). Revista de História (UFES). p. 59-84, 2003. p. 67.

Em seus escritos, Alberto Lamego sublinha que alguns desses nomes exerciam funções dentro da Misericórdia e, com a pesquisa aos relatórios, tal afirmação pode ser confirmada. O primeiro noivo, Antonio Pereira da Rocha, era tesoureiro (na administração do Dr. Paraíba), seus padrinhos são Rufino Gomes de Oliveira, que ocupava o cargo de mordomo do hospital, e o Dr. José Fernandes da Costa Pereira, advogado da instituição. O cruzamento de fontes, as informações fornecidas por Lamego e o livro de registros das expostas, revela que o bacharel formado em Direito pela faculdade de São Paulo, tornou-se o provedor seguinte na administração da Santa Casa (1868-1871), e dedicava-se também à política. O Dr. Pereira era campista e representou “sua Província em duas legislaturas provinciais e fora presidente das Províncias do Espírito Santo, do Ceará, de S. Paulo, do Rio Grande do Sul e de Pernambuco”, exerceu também o cargo de Ministro da Agricultura, participava do Conselho do Imperador e era Cavaleiro da Ordem de Cristo³³.

Os matrimônios ocorreram entre os anos de 1866 a 1870 e foram realizados na Igreja Matriz São Salvador. A presença do tesoureiro Antonio Pereira da Rocha é constante nos demais casamentos, no segundo e no terceiro aparece como padrinho. O padre Collares, padrinho do terceiro casamento, figurava na posição de irmãos definidores, ou seja, aqueles membros da Irmandade que não ocupavam cargos mas participam das discussões e das propostas administrativas na Santa Casa. O sexto casamento é do Dr. Antonio Secioso Moreira de Sá, médico adjunto do hospital, e tem como padrinhos o provedor Paraíba e o tesoureiro Rocha; uma exposta também foi encaminhada para companhia de sua família em 1868.³⁴

Mostra-se interessante a posição privilegiada desse médico, pois ele além de ser padrinho do quarto e quinto casamento, consegue ter como padrinho de seu casamento o próprio provedor Paraíba, homem de grande prestígio social na Misericórdia e em Campos. É oportuno lembrar aqui que o provedor Paraíba era casado com a filha de Valentim Codeço, proeminente membro que participou e articulou a fundação da Santa Casa, chefiando por duas vezes (10º e 12º provedor) a instituição. Por fim, o sétimo casamento tem por padrinhos o Dr. Pereira e, novamente, o tesoureiro Antonio Pereira da Rocha, são inegáveis as boas relações e as alianças formadas por esses homens dentro desse espaço social³⁵.

Este quadro de relações estabelecidas entre os membros da Misericórdia de Campos, nessa época, comunica-se com as redes de sociabilidades dos Oitocentos, temática debatida na historiografia que inclui discussões acerca do processo de formação de Estado e nação no Brasil. O historiador Alexandre Mansur Barata debruça-se a respeito do tema das sociabilidades³⁶ e a importância dos espaços associativos do século XIX para melhor compreender a formação das elites regionais e nacionais, pois eram os lugares de manifestação do fazer político. Para tanto, as relações entre o Estado e a sociedade estão inseridas dentro de uma política cultural, entendida como um “conjunto de discursos e práticas políticas simbólicas pelas quais essas reivindicações são feitas”³⁷. O autor detém-

33 LAMEGO, A. *Op. cit.*, p. 47.

34 Fonte: Registro de Órfãs e Recolhidas do Asilo de N. S. da Lapa (1864/1962). Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes.

35 LAMEGO, A. *Op. cit.*, p. 45.

36 O conceito sobre Sociabilidade aqui apresentado está em conformidade com as colocações do historiador Marco Morel, ver: MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 28, 2001/2.

37 BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público: espaços de sociabilidades na Província de Minas Gerais (1822-1840). In.: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 52-53, 2009.

se aos acontecimentos no cenário mineiro, advertindo que mais que uma continuação das relações coloniais, presentes nas irmandades e nas misericórdias, no início do século XIX formam-se novas práticas associativas, com o surgimento das sociedades filantrópicas. Essas sociedades formulam discussões políticas e sociais, empreendem fundações de bibliotecas e produções literárias que visavam a expansão de sabedoria para povo.

Os pontos citados acima são de extrema importância, por acrescentarem o advento dessas sociedades filantrópicas, organizando os rumos das discussões políticas e patrióticas no Brasil. Justamente a despeito da importância de instituições como a Misericórdia no Oitocentos, o caso campista mostra-se deveras relevante. A Santa Casa de Campos continua, ao que tudo indica nas documentações até aqui examinadas, importante epicentro de discussões e alianças políticas locais. Tal premissa pode ser conduzida pela presença do Dr. Pereira, tendo este exercido cargos públicos na política imperial, torna-se advogado e, posteriormente, provedor da Misericórdia campista, o que demonstra o poder de negociação e de mando, em termos locais, da própria instituição em si³⁸.

Os trabalhos historiográficos direcionados aos estudos da família contribuíram significativamente para compreender a formação de redes sociais, estas fundamentadas nos parentescos e nas alianças, marcadas pelas reciprocidades entre desiguais no período colonial. Conforme Ivan Vellasco, as redes clientelares são definidas como alianças e compromissos firmados com o intuito de estabilizar padrões de interdependência e poderes, entre diversos grupos sociais que articulam e negociam posições nessa estrutura hierarquizada social:

Nessa perspectiva, as ligações intraelites que vão constituindo as teias que vinculam homens a grupos de interesse – parciais, locais ou mais amplos – e grupos de interesses às instituições, enfim, tais ligações não são dadas como autoevidentes, mas são elas mesmas o tema de investigação empírica, coisa que certamente expressa um avanço em relação às tentativas de entender a complexidade do Estado e da política imperial, nos quais convergem uma multiplicidade de identidades, grupos e interesses.³⁹

Avaliando as relações apreendidas, a partir dos casamentos de membros da Santa Casa, as trocas e as proximidades exemplificam o trecho anteriormente transcrito. Obviamente, o compadrio que estabelecia laços de parentesco espiritual, via batismo, como acontecia no Antigo Regime⁴⁰ não pode ser igualado aos padrinhos de casamentos desses homens, mas é certo que a escolha dessas testemunhas não foi aleatória. Nesse ponto, a presença do Dr. Moreira de Sá pode ser pensada como uma tentativa de inserção nesse grupo de notáveis, ele não aparece como membro da mesa diretoria tão pouco como irmão definidor, é simplesmente o médico adjunto do hospital da Misericórdia, no entanto, consegue como padrinhos o provedor e o tesoureiro em seu casamento.

Para Vellasco, o modelo da família patriarcal e sua centralidade nas redes de sociabilidades não explicam por completo a dinâmica das estruturas políticas. O autor lança mão das reflexões de Hespanha e Xavier sobre as redes clientelares no Antigo Regime. Os compromissos

38 LAMEGO, Alberto. História da Santa Casa de Campos. Rio de Janeiro, 1951.

39 VELLASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p 87, 2009.

⁴⁰ Sobre essa discussão e laços parentais, Oliveira observa as relações entre as famílias de elite e seus parentescos mestiços. Os filhos ilegítimos não tinham direitos sobre a herança, mas isso não significava uma exclusão completa nesse processo, pois esses buscavam ascensão social a partir dessas redes de relação tecidas com sua família de prestígio, via apadrinhamentos, ou seja, batismos. OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. Elites, mestiços e parentes nos testamentos de uma paróquia rural do Rio de Janeiro século XVIII. In: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Cláudia; WANDERLEY, Marcelo (Org.). *Últimas vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (século XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 187-208, 2015.

acertados nessas redes também giravam em torno da economia do Dom:

Relações de natureza meramente institucional ou jurídica tinham tendência para se misturar e coexistir com outras relações paralelas (que no nosso imaginário ganhariam um tom espúrio e ilegítimo), que se assumiam tão ou mais importantes do que as primeiras, e se baseavam em critérios de amizade, parentesco, fidelidade, honra, serviços. De fato, relações que obedeciam a uma lógica clientelar (...) eram situações sociais cotidianas e corporizavam a natureza mesma das estruturas sociais, sendo, portanto, vistas como “normas”⁴¹.

É importante explicitar, segundo Vellasco, que essas redes clientelares não se resumiam às relações de dominação e submissão, seria um jogo de reciprocidades, seus membros teriam deveres, direitos e compromissos para com os demais, que gerariam as redes de interdependências, baseando as redes de poder⁴². A lógica da economia do Dom é a hipótese trabalhada pela historiografia para o período colonial, já nas décadas seguintes nos Oitocentos:

Iniciado o processo de independência, a intensificação do domínio dos poderes de Estado e da lógica diferencial que o sustenta e legítima teria feito com que as instituições tivessem de se haver com uma ‘economia moral’ referente a expectativas de grupos sociais mais amplos, atentos a determinados aspectos do exercício do poder e que depositavam esperanças crescentes em sua lógica e seu fundamento.
No caso em foco aqui não se trata da regulamentação dos mercados, mas da regulamentação das relações de autoridade e obediência.⁴³

O texto de Patrícia Genovez busca captar as estratégias de hierarquização nesse período e os elementos presentes nas novas concepções imperiais, como tradição e honra que remontam à tradição ibérica. Tal tradição da Coroa portuguesa está associada ao ato de conceder cargos administrativos e militares como recompensa por serviços prestados ao Estado luso (pontos explicados no início deste artigo), o que servia de mecanismo de disciplina social, com representações e práticas sociais. A hierarquização social imperial incluía a dinâmica do favor e das influências, fazendo com que essa sociedade tivesse movimentos constantes de tensões e acomodações⁴⁴.

A moral ibérica é calcada em valores da cristandade, podendo a nobreza ser dividida em dois grupos: nobreza tradicional (tradição familiar – sangue) e a classe comercial (compra de títulos). Genovez destaca o dito serviço da corte que eram cargos ocupados por cortesãos, com atribuições jurídicas, burocráticas e financeiras; os homens de Corte. Existia diferenças entre os nobres, não é correto apenas considerar o fator econômico, as posições de privilégios estão ligadas às normas de etiqueta, como ritos para organizar esse microcosmo social, ou seja, a necessidade de se distinguir nessa hierarquia imperial⁴⁵.

Os referenciais de mundo do Segundo Reinado dialogam com as características da boa sociedade, pois conseguir alianças com homens poderosos era almejado por aqueles

⁴¹ HESPANHA, Antonio Manuel; Xavier, Ângela Barreto. As redes clientelares. In.: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 339, 1998.

⁴² VELLASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁴³ O autor busca não igualar ao conceito de economia moral de Thompson. *Op. cit.*, p. 90.

⁴⁴ GENOVEZ, Patrícia Falco. Os cargos do paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado. Rio Grande do Sul, *Métis: história & cultura*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2002.

⁴⁵ *Op. cit.*, p. 216.

que queriam inserção em grupos seletos locais ou nacionais⁴⁶. Na esfera institucional da Misericórdia campista, a participação do Dr. Pereira em dois casamentos não é por acaso, ele representou a Província do Rio de Janeiro por duas vezes, sendo presidente de cinco províncias distintas, além de fazer parte do Conselho do Imperador e Cavalheiros da Ordem de Cristo. As boas relações com este homem poderiam render cargos e posições privilegiadas, não só em Campos como no cenário social brasileiro⁴⁷.

Evidentemente, afirmações conclusivas não podem ser feitas por agora, no que diz respeito às possíveis vantagens dos membros da Misericórdia para com o Dr. Pereira, o que aguçará pesquisas mais profundas em torno de sua trajetória política e social. No entanto, é indiscutível que sua posição de prestígio contribuiu para sua entrada na administração da Santa Casa, entre 1868 e 1871, sendo ressaltada por Lamego: “A administração do Dr. José Fernandes foi mui benéfica ao pio estabelecimento, que recebeu dêle grandes favores, devido à sua alta posição social”⁴⁸.

A configuração imperial reforça as hierarquias sociais, as rupturas em relação a Corte anterior são provas da diferenciação do poder do Imperador, sendo também uma forma de obediência e negociação de fidelidade, exemplo disso são as concessões de títulos. Durante a Guerra do Paraguai, a emissão de títulos era tida como recompensa pelo esforço e pela fidelidade ao Império⁴⁹. De acordo com as normas herdadas da sociedade portuguesa, os homens que ocupavam cargos de alto escalão no Império deveriam passar por uma investigação, era necessário ter plena noção de honra e comportamento junto ao poder imperial⁵⁰.

Portanto, na prática, as concessões de títulos e honrarias emitidos pelo Imperador não seguiam rigidamente as normas, ou seja, não existia legalidade fixa com padrões. Os membros agraciados com tais títulos eram merecedores segundo julgo de D. Pedro II, essas ascensões ou degradações arbitrárias eram as determinações dessas hierarquias no Império brasileiro. O mecanismo de concessão de mercês pode ser ligado aos tributos cobrados pela emissão de títulos, por vezes, tal era incentivada por doações feitas as causas públicas.

46 MUAZE, Mariana. Garantindo hierarquias: educação e instrução infantil na boa sociedade imperial (1840-1889). *Revista de História (UFES)*, p. 59-84, 2003.

47 LAMEGO, Alberto. *História da Santa Casa de Campos*. Rio de Janeiro, 1951.

48 LAMEGO, Alberto. *História da Santa Casa de Campos*. Rio de Janeiro, p. 47, 1951.

49 GENOVEZ, Patrícia Falco. Os cargos do paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado. *Rio Grande do Sul, Métis: história & cultura*, v. 1, n. 1, p. 225, jan./jun. 2002

50 *Op. cit.*, p. 232.

Conclusão

Os apontamentos e as discussões buscaram propor uma breve discussão sobre as relações de trocas sociais e políticas ocorridas na segunda metade do século XIX, em Campos dos Goytacazes. As ligações pessoais entre os irmãos da Misericórdia evidenciadas nos casamentos dessas expostas, sejam como noivos ou padrinhos, correspondem às trocas de influências presentes na sociedade imperial, como meio de alcançar outros patamares sociais; tais constatações valeram-se das documentações do Asilo da Lapa e relatórios emitidos pela Santa Casa. Para melhor desvendar os meandros dessas relações e suas trajetórias, é de suma importância o acesso às documentações acerca da vida desses homens, como os registros de casamentos, testamentos e inventários, e possíveis fontes camarárias sobre as atividades da Santa Casa e do Asilo da Lapa.

A configuração visualizada nos casamentos das expostas corresponde aos valores e aos comportamentos da dita boa sociedade, não só em termos sociais, sobretudo, em termos políticos. O interesse por galgar cargos públicos e prestígio social encoraja as trocas de favores e relações pessoais no Oitocentos, o exemplo trabalhado foi a presença de membros da Santa Casa de Misericórdia, de Campos dos Goytacazes, nos matrimônios com as expostas do Asilo da Lapa. Esses acertos pessoais são reflexo de uma sociedade hierarquizada do período Imperial, mostrando assim, trazer consigo resquícios do período colonial de outrora.

Referências

Livros

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____.; NEVES, Lucia Bastos Pereira. (Orgs.). Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

LAMEGO, Alberto. História da Santa Casa de Campos. Rio de Janeiro, 1951.

Capítulos de livros

BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público: espaços de sociabilidades na Província de Minas Gerais (1822-1840). In: CARVALHO, J. M.; NEVES, Lucia Bastos Pereira. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 30-71.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). *Na trama das redes política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 155-202.

HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A criança abandonada na História de Portugal e do Brasil. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010. cap.1.

MATTOS, Ilmar R. de. Luzias e Saquaremas: Liberdades e Hierarquias. In: *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.



VELLASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, Lucia BASTOS Pereira. (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Artigo de periódicos

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil Colonial bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope, La Rioja*, n. 23, p. 67-88, 2000. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2655500>>. GRAHAM, Richard. Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. *Diálogos, Maringá*, v. 5, p. 11-47, 2001.

MATTOS, Raimundo César de Oliveira. Instituições e Sociabilidade: Um caminho para a cidadania no Brasil do Oitocentos. *Legis Augustus, Rio de Janeiro*, v. 3, n. 1, p. 83-96, jan./jun. 2012.

MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, n. 28, ano 2001/2.

MUAZE, Mariana. Garantindo hierarquias: educação e instrução infantil na boa sociedade imperial (1840-1889). *Revista de História (UFES), Vitória*, n. 15, p. 59-84, 2003.

SUBTIL, J. O Antigo Regime da Saúde Pública entre o Reino e o Brasil. *Revista Ultramares, Alagoas*, v. 15, n. 8, p. 39-66, ago./-dez. 2016.

Tese acadêmica

FRANCO, Renato. Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. (Monografia), Brasília, Editora da UnB, 1981.